

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Bloco de Esquerda teve conhecimento de situações de precariedade e de instabilidade profissional imposta a vários trabalhadores da saúde no Hospital da Luz, em Vila Nova de Gaia.

Segundo a informação a que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve acesso, neste hospital privado existem, para além de trabalhadores do quadro, inúmeros outros trabalhadores a recibo verde, subcontratados a uma empresa de trabalho temporário de nome Kelly Services, Inc. Estes últimos, apesar de serem uma necessidade permanente, apenas são chamados a trabalhar se as camas de internamento estiverem totalmente ocupadas ou próximo disso. Em caso contrário, os trabalhadores são dispensados e mandados para casa. É um verdadeiro trabalho à jorna e uma precariedade inqualificável.

Muitos destes trabalhadores têm que aguardar um SMS do chefe do serviço para saber se no dia seguinte vão trabalhar ou não. Note-se que não é porque não sejam necessários tendo em conta os serviços, as escalas de turnos e as camas de internamento, por exemplo, porque essas são as mesmas; é apenas uma forma de poupar em salários, dispensando os trabalhadores sempre que a procura de serviços é mais baixa.

O Bloco de Esquerda sabe que há situações de doentes que são obrigados a esperar nas urgências antes de dar entrada no internamento porque faltam os profissionais de saúde que deveriam estar ao serviço, mas que foram dispensados, apesar de estarem escalados para os turnos. Existem turnos escalados com a presença dos profissionais e depois são mandados para casa, uma prática que atropela os direitos dos profissionais, engana as entidades reguladoras e fiscalizadoras e coloca em causa a segurança dos utentes.

Esta situação merece intervenção das entidades com capacidade de fiscalização, seja na área da saúde, seja na área dos direitos laborais e condições de trabalho. Primeiro porque a segurança dos utentes pode estar a ser colocada em causa, uma vez que podem estar em causa dotações seguras, capacidade de resposta em situação emergente e até cumprimento de legislação e normas referentes ao número de profissionais necessários para o funcionamento

dos vários serviços. Segundo porque os direitos dos trabalhadores estão a espezinhados de forma evidente.

O Bloco de Esquerda considera urgente que a situação laboral dos trabalhadores em regime de recibos verdes deste hospital privado seja alvo de intervenção e que os seus direitos sejam acautelados. Não é, nem pode ser, aceitável que a entidade visada continue a depender de trabalho precário e a promover a insegurança e instabilidade na vida dos seus profissionais, podendo estar a colocar em risco os utentes desse mesmo hospital.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Perante os factos aqui relatados vai o Governo solicitar a intervenção e ação inspetiva da IGAS e da ERS, de forma a acautelar a segurança dos utentes?

Palácio de São Bento, 2 de novembro de 2018

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)

LUÍS MONTEIRO(BE)